



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1
2
3
4 **ATA Nº 023/2006**

5 **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**
6
7

8 Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e seis, às 14:00 (quatorze horas) teve início,
9 na sede do PREVIMPA situada na Rua Uruguai, 277 – 6º andar, a centésima quadragésima sétima
10 reunião do Conselho de Administração. Presidiram a mesa as conselheiras Rejane Assis Bicca,
11 como presidenta, e Cleida Maria da Cunha Feijó Gomes, como secretária. A reunião iniciou com a
12 leitura da Ata nº 022/06 referente à reunião do dia 24-10-06 sendo aprovada. Abrindo espaço para
13 os informes a presidenta Rejane questiona o andamento do estudo das alterações da Lei 478/02 e faz
14 referência ao Curso – Benefícios Previdenciários nos RPPS, promovido pela AGIP – Associação
15 Gaúcha de Institutos de Previdência Pública, que está sendo realizado nesta terça e quarta-feira. O
16 conselheiro e Diretor-Geral Luiz Rigotti informa que quatro servidores do PREVIMPA que atuam
17 nas áreas de concessão e pagamento de benefícios estão participando do evento e que o
18 Departamento, na medida do possível, está oportunizando formas de capacitação ao seu quadro
19 funcional. Quanto às alterações da Lei 478/02, informa que a proposta já deveria estar concluída
20 mas que devido a compromissos assumidos pela Direção e Assessoria Jurídica ainda não foi
21 possível apresentá-la. Diz que na próxima reunião trará as propostas, ou parte delas, para análise e
22 posterior aprovação neste Conselho. Após será enviada ao Executivo que encaminhará à Câmara
23 Municipal. Passando para a pauta do dia, assuntos gerais, o conselheiro e Diretor-Geral Luiz
24 Rigotti faz as seguintes comunicações: 1) Está sendo retomada a implantação do sistema SONDA.
25 O contrato foi assinado em 2005 mas a licitação ocorreu na administração anterior. Em 2006 foi
26 assinado termo de suspensão do contrato, uma vez que a PROCEMPA estava trabalhando na
27 implantação do sistema ERGON e não conseguiria atender as duas demandas. As tratativas da
28 assinatura de um aditivo ao contrato entre o PREVIMPA e a PROCEMPA foram retomadas e será
29 elaborado um novo cronograma físico-financeiro uma vez que o contrato havia sido suspenso. Neste
30 aditivo ficará claro que a relação do PREVIMPA é com a PROCEMPA pois esta vai adquirir o
31 software da empresa e prestar serviços ao PREVIMPA. O aditivo será analisado na próxima reunião
32 deste Conselho. A presidenta Rejane diz que fez contato com representantes do SONDA durante o
33 Seminário em Campos do Jordão – SP e que os mesmos dispuseram a fazer uma apresentação do
34 sistema no PREVIMPA. O conselheiro Adalberto entende que hoje a apresentação do sistema não
35 faria sentido pois os técnicos estarão no Departamento na próxima semana. Podemos planejar para
36 que a apresentação ocorra durante a implantação do sistema. O conselheiro e Diretor-Geral lembra
37 que o SONDA é a construção de um software previdenciário que agilizará os expedientes no
38 Departamento. Diz que está prevista uma apresentação do sistema e os Conselheiros serão
39 convidados a participar. 2) Estamos em tratativas para iniciar o cadastramento que será feito
40 abrangendo todos segurados do Departamento através do convênio PREVIMUN. A empresa
41 vencedora da licitação está localizada em São Paulo e precisaremos visitá-los para uma troca de
42 informações que viabilizará todo processo. Lembra que o cadastramento é extremamente
43 necessário pois teremos as informações também, para emitir as certidões e alimentar o estudo do
44 cálculo atuarial. Agendaremos reunião com o Prefeito para demonstrar a importância deste projeto e
45 solicitar o envolvimento de todo secretariado. Precisaremos também do auxílio de todos
46 conselheiros em suas secretarias. Nesta reunião também será informado ao Prefeito que o
47 PREVIMPA, com o atual Quadro de funcionários, está sem condições de atender o volume de
48 trabalho. Na ocasião será sugerida a realização de concurso público o mais breve possível. A
49 conselheira Cleida sugere que as CATAs das secretarias sejam informadas da importância do
50

Continua na folha 02.

51
52 cadastramento e o Diretor-Geral diz que além das Catas os setores de Recursos Humanos também
53 serão informados e chamados a colaborar. 3) O CONAPREV – Conselho Nacional dos Dirigentes
54 de Regimes Próprios de Previdência Social, órgão que auxilia o Ministério da Previdência nas
55 questões previdenciárias, era formado por representantes dos Estados, Municípios, ANEPREM,
56 ABIPEM e Fórum das Capitais. Com a alteração do estatuto foi ampliado o número de participantes
57 sendo incluídos representantes das regiões e das capitais, sendo que os representantes titulares são
58 aqueles cuja capital tiver o maior número de segurados. Neste critério Curitiba ficou com a vaga de
59 titular e Porto Alegre com a suplência tendo o direito de voz mas não de voto. Diz que como
60 representante do PREVIMPA, participou em Maceió da primeira reunião do CONAPREV após as
61 alterações citadas, onde foram abordados diversos temas, entre os quais uma possível reforma
62 previdenciária para breve. Participou também, juntamente com o Diretor Administrativo-Financeiro
63 Jardel, do Fórum de Gestores no Rio de Janeiro. Nestes encontros são discutidas as questões
64 previdenciárias e sugeridas alterações, quando necessário. A presidenta Rejane relata alguns pontos
65 discutidos nos congressos, seminários e cursos que participou no último mês. – Segundo diversas
66 fontes está evidente uma nova reforma previdenciária uma vez que na última não foram feitos todos
67 os ajustes. – O Ministro da Previdência afirmou durante uma palestra que numa nova reforma
68 previdenciária serão respeitados os direitos individuais. – Uma das hipóteses é que futuramente os
69 proventos poderão ser pagos de forma proporcional, ou seja, uma média de acordo com a
70 remuneração percebida ao longo de toda vida profissional. – A tendência de, à exemplo de alguns
71 países da Europa e do Mercosul, aplicar-se o aumento à idade para a aposentadoria bem como a
72 unificação da idade para a aposentadoria de homens e mulheres. – Pode haver aumento da idade de
73 aposentadoria para os professores. – Também é cogitado que uma das causas do déficit
74 previdenciário nos RPPS é a migração de servidores de outros regimes. Estes se aposentam com
75 um salário elevado e não há uma real compensação previdenciária. – O Ministério da Previdência
76 Social pretende que os RPPS passem a efetuar somente o pagamento das aposentadorias e pensões.
77 Os demais benefícios seriam pagos pelo Tesouro. – Através da Portaria 183, os recursos da taxa de
78 administração podem ser utilizados para aquisição de imóvel e automóvel para uso do
79 Departamento. – Está na eminência de sair uma decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, de
80 que as aposentadorias especiais devem seguir as regras do RGPS. – Quanto as horas extras,
81 conforme Decreto Municipal o limite diário é de duas horas, porém alguns operários se sentem
82 prejudicados pois o desconto previdenciário sobre estas horas deveria ser optativo uma vez que, de
83 acordo com a Constituição, não é possível incorporar horas extras na aposentadoria. – Deve constar
84 em Lei local a definição de limite de idade para os filhos perceberem benefícios. – Pode ser
85 regulamentado que só terão direito a perceber pensão por morte os cônjuges que comprovarem a
86 dependência econômica. – Foi discutida a sustentabilidade dos RPPS, possibilitando o pagamento
87 de benefícios a todos segurados. – Regulamentar a política nacional de saúde dos servidores. – O
88 papel dos Conselhos é formular políticas e fazer cumprir as Leis. Diz que foram citadas algumas
89 medidas que poderão ser adotadas pelo Ministério da Previdência em 2007, entre elas estão: -
90 Encaminhar a atualização da Lei nº 9717 com normas gerais uniformes. – Regulamentar a
91 previdência complementar para servidores públicos que recebem valor superior a R\$ 2.801,82 que,
92 em princípio, abrangeria somente aqueles que ingressarem a partir da publicação da Lei. –
93 Regulamentar as aposentadorias para os servidores que exercem atividades insalubres e de risco. –
94 Regulamentar os fundos de previdência. Ainda foram sugeridos pelo Sr. José Cechin as seguintes
95 medidas: - Igualar as idades, homem/mulher, para as aposentadorias. – Aumentar a idade mínima
96 para a aposentadoria passando para 67 anos. – Implementar a idade mínima para a aposentadoria
97 pelo INSS. – Segregar a seguridade social. – Desestimular a informalidade e aumentar a idade das
98 aposentadorias rurais. A presidenta relata ainda que, em conversa informal com o Dr. Cláudio
99 Trezub, este sugeriu que sejam abolidas das Leis locais o nome das dezesseis doenças
100 incapacitantes. Assim o provento das aposentadorias por invalidez seria integral quando ficasse
101 constatado que o servidor está incapaz de exercer qualquer atividade e proporcional para aqueles
102 que podem exercer outra função. O conselheiro e Diretor-Geral Luiz Rigotti diz que o PREVIMPA

104
 105 passará a contestar o TCE/RS nas questões das aposentadorias por invalidez em que é determinada
 106 a alteração na forma de cálculo. O conselheiro Jardel complementa dizendo que segundo resolução
 107 da SUSEPE, as seguradoras só pagarão o seguro obrigatório para aqueles servidores que,
 108 comprovadamente não tenham condições de exercer qualquer atividade. O conselheiro Adalberto
 109 cumprimenta a presidenta pelo relato apresentado e acrescenta que foi muito enfatizado no
 110 Congresso de Campos do Jordão a tendência dos fundos de previdência serem autorizados a
 111 conceder empréstimos aos seus segurados. Registra ainda a manifestação da Dra. Zanita no sentido
 112 de que os institutos não apliquem a Lei 11301. A presidenta Rejane registra os seguintes sites para
 113 consultas de temas previdenciários : www.previdencia.gov.br (consultar previdência do servidor);
 114 sps.cgnal@previdencia.gov.br (telefone 0xx61 33 17 57 25 e 33 17 50 92); ed.sspm@terra.com.br;
 115 www.agip.org.br; www.abipem.org.br e www.aneprem.org.br. Nada mais havendo a tratar a
 116 presidenta Rejane informa a pauta da próxima reunião que será a análise do aditivo ao contrato do
 117 PREVIMPA com a PROCempa para a continuidade na implantação do sistema SONDA e o início
 118 da análise das propostas de alterações da Lei 478/02. Encerrados os trabalhos, foi lavrada a
 119 presente Ata que vai assinada por mim, Cleida Maria da Cunha Feijó Gomes, conselheira/secretária
 120 de mesa e pelos demais presentes.
 121
 122
 123
 124
 125
 126

127 Rejane Assis Bicca – Presidenta Cleida Maria da Cunha Feijó Gomes - Secretária

131 Adalberto Pio de Almeida Lourdes Veneranda Camaratta

135 Eros Miguel Sadowoy Martins Luiz Carlos da Encarnação Pinto

139 Liege Mentz Idalina Fagundes Venturini

143 Luiz Fernando Rigotti Ari Krasner

147 Jardel de Borba Cunha João Iudes Nodari

151 Mauro Dalla Barba Carlos Alberto Neis

155 Marco Aurélio de Godoy da Rocha

156

157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185